

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO - 2018

Mensagem da Diretoria

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Pirapora Energia S.A. submete aos Srs. Conselheiros de Administração o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

O ano de 2018 foi marcado pela contínua operação das unidades geradoras 1 e 2 da Pequena Central Hidrelétrica Pirapora ("PCH Pirapora"). Dessa forma, o volume de energia elétrica gerado no ano foi suficiente para atender ao limite mínimo de geração estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e garantir o suprimento aos contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEARs), tendo fechado o ano com receita líquida no valor de R\$ 33,4 milhões, EBITDA de R\$ 27,2 milhões e lucro líquido R\$ 16,1 milhões.

Contexto

A Pirapora Energia S.A. ("Pirapora" ou "Companhia") é uma sociedade por ações integrante da administração indireta do Estado de São Paulo como subsidiária integral da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. ("EMAE" ou "Controladora").

Possui como principal ativo a Pequena Central Hidrelétrica Pirapora ("PCH Pirapora"), construída com recursos oriundos de financiamento obtido junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Este financiamento possibilitou a implantação da usina, linha de transmissão associada e a aquisição dos equipamentos necessários à execução da construção. Atualmente, o financiamento está sendo normalmente pago ao BNDES em 192 parcelas mensais e sucessivas, com amortização iniciada em 15 de outubro de 2014. Esse financiamento representou 60% do investimento para a construção da PCH (Pequena Central Hidrelétrica), tendo sido o valor restante aportado pela controladora. O financiamento, cujo saldo devedor em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 79,7 milhões, tem atualização pela TJLP mais juros de 1.9% a.a. e vencimento em 15 de setembro de 2030.

Finalizada em dezembro de 2014, a PCH Pirapora, com 25 MW de potência instalada e 17 MW de garantia física, entrou em operação comercial em 1º de janeiro de 2015 para atender as distribuidoras por meio de contratos de venda de energia no ambiente de contratação regulada – ACR, correspondentes a um montante de 16 MW médios. O período de fornecimento estipulado é de 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2044.

Recuperação das unidades geradoras da usina

Desde o início das operações, a PCH Pirapora apresentou alguns problemas que geraram interrupções na operação e intervenções de manutenção. O problema mais significativo foi detectado em 20 de janeiro de 2016. Após a ruptura de uma das pás do rotor hidráulico no dia 07 de janeiro e o desligamento emergencial da unidade geradora – UG2, foram realizadas inspeções e testes preventivos na UG1, os quais constataram, a existência de defeitos semelhantes aos encontrados na UG2. As análises e laudos realizados indicaram que a recuperação definitiva das máquinas exigiria alterações de projeto e troca de todas as pás do rotor, dessa forma, obrigatoriamente, foi necessária a desmontagem das unidades.

Traçado um plano de ação que consistia na substituição de todas as pás por peças novas com perfil hidráulico certificado pela projetista original, a empresa italiana Franco Tosi Meccanica, além da realização de diversos ajustes, reparos e melhorias nos sistemas eletromecânicos e nas estruturas civis da usina, os trabalhos foram iniciados ainda em 2016.

Em agosto de 2017, o plano de ação para recuperação das unidades geradoras foi concluído e a operação da Usina foi retomada, contribuindo para o atendimento aos contratos aos requisitos regulatórios.

Dados de Produção

A produção de energia elétrica pela PCH Pirapora, em 2018, foi de 11,72 MW médios, 17% superior em relação à produção de 2017 e superior ao limite mínimo estabelecido ANEEL para o ano, 1,17 MW médios, além de atender os 16 MW médios – CCEARs.

Risco hidrológico

A PCH Pirapora, por ser participante do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) está sujeita ao Risco Hidrológico. Para mitigar esse risco, em 2015, a Pirapora Energia requereu à ANEEL a repactuação deste risco, nos termos da Lei nº13.203 e nas condições estabelecidas na Resolução Normativa ANEEL nº 684, com efeitos retroagindo a 1º de janeiro de 2015, obtendo a respectiva anuência por meio do Despacho ANEEL nº189 de 25/01/2016.

Receitas

A venda de 16,0 MW médios às distribuidoras de energia elétrica no mercado regulado, comercializados no 10º Leilão de Energia Nova (A-5 Hidro) promovido pela ANEEL em 30 de julho de 2010, resultou em receita líquida anual de R\$ 33,4 milhões e R\$ 32,2 milhões, auferida respectivamente nos exercícios de 2018 e 2017.

Investimentos

Em função do volume de detritos sólidos (lixo) que são carregados para as grades de adução da PCH Pirapora, foram investidos, no exercício, R\$ 200 para a instalação da segunda cerca de contenção de lixo. Esse fato favoreceu para o aumento no intervalo de limpeza das grades e, conseqüentemente, para a redução dos custos associados a essa tarefa, além de contribuir para a redução da indisponibilidade das máquinas.

Governança

A Pirapora Energia adota um modelo de governança no qual o direcionamento estratégico é feito pelo Conselho de Administração, que é responsável também pelo acompanhamento dos planos, programas, projetos e do orçamento aprovado. A administração da Companhia, além do Conselho de Administração, é de responsabilidade da diretoria, que é responsável, igualmente, pela gestão operacional da Companhia. A Pirapora Energia conta ainda com um Conselho Fiscal de funcionamento permanente.

A Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (EMAE), na qualidade de Acionista Único da Pirapora Energia, detém plenos poderes para decidir sobre todos os negócios relativos ao objeto social da controlada e adotar as resoluções que julgar necessárias a sua defesa e ao seu desenvolvimento.

As deliberações do Acionista Único, consubstanciadas nas correspondentes atas das reuniões de seu Conselho de Administração, produzem os mesmos efeitos das deliberações inseridas na competência da Assembleia Geral, nos termos dos artigos 121 e seguintes da Lei nº 6.404/76, inclusive perante o Registro de Comércio.

Do ponto de vista dos instrumentos de governança, a Pirapora Energia segue as diretrizes da sua Controladora, especialmente no que diz respeito aos princípios éticos e de conduta, assim garante os mais elevados padrões na condução dos seus negócios.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores em milhares de reais - R\$)

	Notas explicativas	31.12.18	31.12.17
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa.....	4	15.807	16.335
Revendedores.....	5	4.240	3.843
Tributos e contribuições sociais compensáveis.....		31	12
Imposto de renda e contribuição social a recuperar.....		-	1
Outros créditos.....	6	1.009	1.064
		<u>21.087</u>	<u>21.255</u>
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Cauções e depósitos vinculados.....	7	3.350	3.409
Outros créditos.....	6	281	1.209
Imobilizado.....	9	152.492	155.824
		<u>156.123</u>	<u>160.442</u>
TOTAL DO ATIVO.....		<u><u>177.210</u></u>	<u><u>181.697</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores em milhares de reais - R\$)

	<u>Notas explicativas</u>	<u>31.12.18</u>	<u>31.12.17</u>
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Fornecedores.....		457	513
Financiamentos.....	10	6.744	7.312
Tributos e contribuições sociais.....		181	197
Taxas regulamentares.....		5	4
Dividendos.....	13.2	3.840	3.667
Encargos de uso da rede elétrica.....		17	16
		<u>11.244</u>	<u>11.709</u>
NÃO CIRCULANTE			
Exigível a longo prazo			
Financiamentos.....	10	72.999	78.660
		<u>72.999</u>	<u>78.660</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social.....	13.1	59.700	59.390
Reservas de Lucros.....	13.3	33.267	31.938
		<u>92.967</u>	<u>91.328</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....		<u>177.210</u>	<u>181.697</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas Explicativas	2018	2017
RECEITA LÍQUIDA.....	14	33.462	32.936
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA.....	15	(10.202)	(9.509)
LUCRO BRUTO.....		23.260	23.427
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO, DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		23.260	23.427
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas.....	16	1.496	1.324
Despesas.....	16	(7.034)	(7.834)
		(5.538)	(6.510)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....		17.722	16.917
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes.....	8	(1.554)	(1.479)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....		16.168	15.438
LUCRO LÍQUIDO ATRIBUÍVEL A :.....			
Acionistas controladores.....	13.2	16.168	15.438

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	2018	2017
Lucro líquido do exercício.....	16.168	15.438
Outros resultados abrangentes.....	-	-
Total do resultado abrangente do exercício.....	16.168	15.438

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE LUCROS			LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
		RESERVA LEGAL	RESERVA DE RETENÇÃO DE LUCROS	DIVIDENDO ADICIONAL PROPOSTO		
Saldos em 1º de janeiro de 2017.....	59.390	1.278	18.889	-	-	79.557
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	15.438	15.438
Constituição de reserva legal.....	-	772	-	-	(772)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(3.667)	(3.667)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	10.999	(10.999)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017.....	59.390	2.050	18.889	10.999	-	91.328
Integralização de capital (Nota 13.1).....	310	-	-	-	-	310
Pagamento dividendo adicional proposto.....	-	-	-	(10.999)	-	(10.999)
Lucro líquido do exercício (Nota 13.2).....	-	-	-	-	16.168	16.168
Constituição de reserva legal (Nota 13.2).....	-	808	-	-	(808)	-
Dividendo mínimo obrigatório (Nota 13.2).....	-	-	-	-	(3.840)	(3.840)
Dividendo adicional proposto (Nota 13.2).....	-	-	-	11.520	(11.520)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018.....	59.700	2.858	18.889	11.520	-	92.967

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>31.12.18</u>	<u>31.12.17</u>
<u>Atividades operacionais</u>		
Lucro líquido do exercício.....	16.168	15.438
Depreciação (Nota 9).....	3.991	3.941
Juros sobre financiamentos (Nota 10).....	6.957	7.808
<u>Variações nos ativos e passivos</u>		
Revendedores.....	(397)	176
Tributos e contribuições sociais compensáveis.....	(19)	3
Imposto de renda e contribuição social a recuperar.....	1.181	1.152
Outros créditos.....	983	933
Cauções e depósitos vinculados.....	59	71
Fornecedores.....	(56)	2
Tributos e contribuições sociais	(16)	41
Taxas regulamentares.....	-	(110)
Encargos de uso da rede elétrica.....	1	-
Outros passivos.....	-	(268)
	28.852	29.187
Juros pagos sobre financiamentos (Nota 10).....	(6.443)	(6.874)
Imposto de renda e contribuição social pagos.....	(1.179)	(1.142)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	21.230	21.171
<u>Atividades de investimentos</u>		
Aquisição de imobilizado.....	(659)	(1.098)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(659)	(1.098)
<u>Atividades de financiamentos</u>		
Dividendos pagos.....	(14.666)	(2.168)
Financiamentos (Nota 10).....	(6.743)	(6.687)
Integralização de capital (Nota 13.1).....	310	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(21.099)	(8.855)
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(528)	11.218
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício.....	16.335	5.117
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício.....	15.807	16.335
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(528)	11.218

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	2018	2017
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
RECEITAS		
Receitas operacionais.....	34.730	34.183
Construção de ativos próprios.....	659	1.098
	35.389	35.281
Menos:		
INSUMOS		
GSF -Garantia física (Nota 15)	928	928
Encargos de uso da rede elétrica (Nota 15).....	289	286
Serviços de terceiros (Nota 15).....	4.626	4.305
Materiais (Nota 15).....	629	1.058
Outras despesas.....	308	(2)
	6.780	6.575
VALOR ADICIONADO BRUTO	28.609	28.706
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO.....	(3.991)	(3.941)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	24.618	24.765
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas Financeiras (nota 16).....	1.496	1.324
	1.496	1.324
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	26.114	26.089
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Impostos, taxas e contribuições:		
Taxa de fiscalização do serviço público de energia elétrica.....	64	65
	64	65
Federais :		
Imposto de renda e contribuição social (Nota 8).....	1.554	1.479
COFINS/ PIS (Nota 14).....	1.268	1.247
	2.822	2.726
	2.886	2.791
Remuneração de capitais de terceiros:		
Juros e encargos de dívidas (nota 16).....	7.034	7.834
Arrendamentos e aluguéis.....	26	26
	7.060	7.860
Remuneração de Capitais Próprios:		
Dividendos (Nota 13.2).....	3.840	3.667
Lucros retidos.....	12.328	11.771
Lucro líquido do exercício.....	16.168	15.438
TOTAL DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	26.114	26.089

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Pirapora Energia S.A. ("Pirapora" ou "Companhia") é uma sociedade de propósito específico, integrante da administração indireta do Estado de São Paulo como subsidiária integral da Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (EMA E). A Pirapora é uma Companhia de capital fechado e tem sede na cidade de São Paulo (SP), Avenida Nossa Senhora do Sabará, 5.312, Bairro Pedreira.

A Pirapora Energia S.A. tem por objetivo: administrar, construir, planejar, operar, manter e comercializar a energia produzida pela Pequena Central Hidrelétrica Pirapora (PCH Pirapora).

Em 22 de dezembro de 2010, a EMA E constituiu uma Sociedade de Propósito Específico, na forma de subsidiária integral, a Pirapora. A Resolução ANEEL nº 3.242, de 6 de dezembro de 2011, transferiu da EMA E para a Pirapora a autorização para construir a PCH Pirapora, com 25 MW de potência instalada. A Resolução Autorizativa nº 1.429 de 24 de junho de 2008, estabeleceu que a autorização vigorará pelo prazo de 30 anos, contados da data de publicação dessa resolução. De acordo com essa autorização, ao final de seu termo, os bens e instalações vinculados serão concedidos à União, mediante o pagamento de indenização, ou poderá ser exigida que a autorizada restabeleça, por sua conta o livre escoamento das águas.

Em 30 de julho de 2010, a EMA E foi vencedora do 10º Leilão A-5 da ANEEL, cuja entrega de energia iniciou em 1º de janeiro de 2015. O preço médio definido foi de R\$ 154,49/MWH. O período de fornecimento estipulado nos contratos é de 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2044. A cláusula 4.5 desses contratos prevê que caso a autorização termine antes do término do período de suprimento o sucessor da titularidade da autorização assumirá todas as obrigações e direitos desse contrato.

Entretanto, o artigo 7º, da Lei nº 12.111/09, estabelece que o empreendimento de geração de energia elétrica, referido no parágrafo 7º- A do artigo 2º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, que vier a garantir em leilão o direito de firmar contrato de comercialização de energia no ambiente regulado – CCEAR terá prazo de autorização ou concessão prorrogado, de forma a ficar coincidente com seu contrato de comercialização.

Em 07 de janeiro de 2016, devido à ruptura de uma das pás do rotor hidráulico da unidade geradora – UG2, foi determinado, pela área técnica, o desligamento emergencial da UG2.

Em 20 de janeiro de 2016, de forma preventiva a área técnica realizou inspeções e testes na UG1, constatando, também, a existência de problemas nas pás do rotor, fato que tornou necessária a desmontagem da unidade para correção dos problemas.

Ambas as paralisações foram comunicadas tempestivamente a ANEEL, BNDES e ARSESP. A recuperação definitiva das máquinas exigiu alterações de projeto e troca de todas as pás do rotor. O retorno em operação das máquinas ocorreu, de forma definitiva, em 26 de agosto de 2017 e, durante o período de paralisação, os contratos de

comercialização de energia foram supridos por meio do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE.

Durante o exercício de 2018 ambas as máquinas operaram normalmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada em Reunião de Diretoria ocorrida em 23 de janeiro de 2019. Após a emissão somente o Conselho de Administração tem a prerrogativa de alterar as demonstrações financeiras. A reunião do Conselho de Administração ocorrerá em 20 de março de 2019.

2.2 Moeda funcional e base de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração definiu premissas, com base no seu melhor julgamento das informações disponíveis à época, para elaborar estimativas de determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas reportados nestas demonstrações financeiras. Os valores que serão efetivamente realizados em períodos subsequentes podem divergir destas estimativas realizadas, em função de novos eventos ou de novas informações disponíveis após a data da elaboração das estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e à medida que novos fatos ou informações estejam disponíveis os valores das estimativas são recalculados. Os impactos dessas revisões são reconhecidos prospectivamente.

As informações sobre os principais julgamentos e estimativas, cujos valores reconhecidos são significativos nestas demonstrações financeiras, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 9 – Imobilizado;

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.5 Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza gerada pela Companhia e sua distribuição durante o exercício e é apresentada de forma voluntária, como parte de suas demonstrações financeiras.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base para a preparação das demonstrações financeiras e, de acordo, com as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Receita operacional

As fontes de receita referem-se a venda de energia no ambiente de contratação regulado (ACR), através de leilão de energia promovido pela ANEEL. A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases dos contratos com as distribuidoras de energia, administrados pela CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. A receita de fornecimento de energia elétrica também inclui as transações no mercado de curto prazo na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

3.2 Receitas e despesas com juros

As receitas e despesas com juros são reconhecidas no resultado à medida que as receitas são auferidas ou os juros são incorridos.

3.3 Impostos e encargos sobre vendas

Os principais impostos e contribuições que incidem sobre as receitas de vendas são os seguintes:

Programa de Integração Social (PIS) – 0,65% sobre a venda de energia elétrica;

Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,00% sobre a venda de energia elétrica;

Esses tributos e encargos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

3.4 Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social são registrados pela Companhia, observando-se as disposições aplicáveis ao regime de tributação com base no lucro presumido. Em virtude da utilização desse regime, a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é determinada com base em um percentual da receita bruta, 8% para o imposto de renda e 12% para a contribuição social, acrescida da receita financeira e ganho não operacional. Sobre essa base de cálculo são aplicadas

as alíquotas desses impostos (25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social).

3.5 Imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

A Companhia reconhece os gastos com investimentos no ativo imobilizado se for estimado que tenham vida útil econômica superior a um ano e se espera que venham trazer benefícios econômicos futuros. Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação acumulada, e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

- Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando for provável que benefícios econômicos futuros sejam auferidos pela Companhia.

- Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais, na avaliação da Administração, se aproximam da vida útil e são as praticadas pela indústria e aceitas pelo mercado como adequadas. A estimativa do valor residual do imobilizado da Companhia leva em consideração a melhor estimativa de sua Administração, quanto à legislação aplicável para autorizações no tocante ao direito de indenização dos ativos remanescentes, inclusive o projeto básico de geração, não amortizados ao final da autorização. As taxas médias anuais de depreciação estão apresentadas na Nota nº 9.

3.6 Instrumentos financeiros

Classificação – Ativos e Passivos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados em três categorias, quais sejam: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) ao valor justo por meio do resultado.

Os Ativos e passivos financeiros da Companhia estão classificados ao custo amortizado .

3.7 Redução ao valor recuperável de ativos

i. Ativos financeiros

Ativos financeiros da Companhia são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis de ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de reporte para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o ativo é submetido a teste para confirmar a recuperação de seu valor contábil seja por venda ou por uso. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

Estudos realizados pela Companhia, indicaram não haver perdas nos ativos recuperáveis da PCH Pirapora.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor de venda menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

3.8 Novas normas e interpretações adotadas durante exercício de 2018.

Novos pronunciamentos, modificações de pronunciamentos e interpretações foram emitidas pelo IFRS e/ou CPC, os quais foram efetivos para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018 e foram adotados na elaboração destas demonstrações financeiras. A Companhia planeja aplicá-los a partir da data de sua vigência. Segue resumo desses novos pronunciamentos:

a) CPC 48 Instrumentos Financeiros (IFRS 9)

O CPC 48, publicado em julho de 2014, substituiu as orientações existentes na CPC 38/IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 foi efetivo para exercício iniciado em ou após 1º de janeiro de 2018. O CPC 48 trouxe uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que deve refletir o modelo de negócios e expectativa de fluxo de caixa utilizados pela Companhia na administração de seus ativos financeiros.

Classificação – Ativos e Passivos Financeiros

Os ativos financeiros passaram a ser classificados em três categorias, quais sejam: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) ao valor justo por meio do resultado. A norma elimina as categorias existentes no CPC38: “mantidos até o vencimento”, “empréstimos e recebíveis” e “disponíveis para venda”.

Os passivos financeiros da Companhia estão classificados ao custo amortizado, o qual não foi alterado pelo CPC 48.

A Companhia avaliou que a aplicação do CPC 48 não trouxe impacto significativo sobre os saldos dos ativos financeiros em 31 de dezembro de 2017 e 2018.

Redução no valor recuperável (impairment)

O CPC 48 substituiu o modelo de “perdas incorridas” por um modelo prospectivo de “perdas de créditos esperadas”. Essa mudança exigiu um julgamento sobre como a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

A metodologia prevista no CPC 48 é aplicável principalmente para contas a receber de longo prazo, ou seja, com prazo superior a 12 meses, razão pela qual estabeleceu estágios 1 e 2 diferenciando a expectativa de perda de créditos.

Os ativos financeiros da Companhia representados por caixa e equivalentes de caixa, revendedores, cauções e depósitos e outros créditos vinculados na avaliação não tem apresentado aumento no risco de crédito e também não há em 31 de dezembro de 2018, expectativa de aumento no risco de crédito que poderia requerer aumento na provisão para perdas esperadas, além dos valores já registrados na Provisão para créditos de liquidação duvidosa.

b) CPC 47 Receita de Contratos com Clientes (IFRS 15)

O CPC 47/IFRS 15 fornece uma estrutura abrangente para determinar se, quando e por qual valor uma receita deve ser registrada. Esse pronunciamento substituiu o CPC 30 Receitas e CPC 17 Contratos de Construção e entrou em vigor no exercício iniciado em ou depois de 1º de janeiro de 2018.

O CPC 47 provê maior detalhamento para o reconhecimento da receita, estabelecendo que esta deva ser registrada quando a obrigação de desempenho é cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada transação é transferido ao cliente e estabelecendo, também, maior detalhamento nas divulgações.

Suprimento de Energia Elétrica:

A principal receita da Companhia é representada pelo fornecimento de energia elétrica através de contratos de venda de energia no ambiente regulado. A receita desses contratos é reconhecida em bases mensais de acordo com a sazonalização da energia acordada com seus clientes. Esses contratos, bem como a energia comercializada em bases mensais, são registrados na CCEE tanto pelo vendedor como pelo comprador, de forma a confirmar a entrega e o recebimento da energia.

A obrigação de desempenho é cumprida quando da entrega da energia aos clientes.

Com base na análise acima a Companhia não identificou impacto significativo em suas demonstrações financeiras pela adoção do CPC 47.

3.9 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

a) **CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16)**

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 introduz um modelo único para contabilização de arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, estabelecendo o reconhecimento, com limitadas exceções, de ativos e passivos pelo arrendatário. O arrendatário deve reconhecer o direito de uso do ativo subjacente arrendado e o correspondente passivo. O registro por parte dos arrendadores não teve mudanças significativas.

O CPC 06 (R2) substitui o CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil e a ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

Essa norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019. Adoção antecipada foi permitida somente se houvesse sido aplicado o CPC 47 antes do CPC 06 (R2).

A Administração da Companhia realizou durante o exercício de 2018 análises de todos os contratos em andamento que envolvem a utilização de máquinas e equipamentos nas prestações e serviços concluindo:

- Todos os bens (máquinas e equipamentos) de terceiros utilizados para as prestações dos serviços contratados são exclusivamente operados pelas empresas contratadas.
- São unicamente utilizados no local e finalidade estabelecidas em contrato.
- Cabe apenas à contratada definir sobre possíveis substituições caso seja necessário.

Diante do exposto, a Companhia entende que não é arrendatária em contratos de arrendamento mercantil, e, portanto, avaliou que não há impactos da aplicação do CPC 06 (R2) em suas demonstrações financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31.12.18</u>	<u>31.12.17</u>
Caixa e bancos conta movimento.....	948	946
Aplicações financeiras	14.859	15.389
	<u>15.807</u>	<u>16.335</u>

A Companhia aplica sua disponibilidade em Fundos de Renda Fixa de baixo risco de crédito, que rentabilizou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, 0,4776% ao mês (0,7511% ao mês em 31 de dezembro de 2017).

5. REVENDEDORES

	<u>31.12.18</u>	<u>31.12.17</u>
Suprimento de energia para revendedores.....	4.240	3.843

Em virtude de não possuir contas a receber em atraso, e de não haver indícios de possíveis inadimplências relacionadas com nossa carteira de clientes, a Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa.

6. OUTROS CRÉDITOS

	<u>31.12.18</u>	<u>31.12.17</u>
Circulante		
GSF (Generation Scaling Factor) Garantia física.....	928	928
Seguros.....	81	136
	<u>1.009</u>	<u>1.064</u>
Não circulante		
GSF (Generation Scaling Factor) Garantia física.....	281	1.209
	<u>281</u>	<u>1.209</u>

GSF- Em 06 de janeiro de 2016, o Conselho de Administração autorizou a Companhia a aderir à repactuação do risco hidrológico, nos termos da Lei nº 13.203/2015 e nas condições estabelecidas na Resolução Normativa ANEEL nº. 684/2015.

Por meio do Ofício "OF/A/023/2016" de 28 de janeiro de 2016, o pleito foi encaminhado para a ANEEL, optando pela repactuação do risco hidrológico pela classe de produto SP100.

Em 25 de janeiro de 2016, por meio do Despacho nº 189, a ANEEL anuiu o Termo de Repactuação nº 92/2016, que se tornou eficaz com a renúncia do direito de discutir o assunto em qualquer esfera judicial, arbitral ou administrativa.

No exercício de 2015, a crise hídrica, de forma geral, afetou a produção das Companhias geradoras. Para suprir os contratos regulados naquele exercício, a Companhia adquiriu energia elétrica no mercado de curto prazo no valor de R\$ 4.163 e, com a repactuação esses custos foram elevados para R\$ 4.703.

O referido crédito será utilizado no pagamento do prêmio de cobertura do risco hidrológico correspondente ao produto SP100 (cobertura total), na ordem de R\$ 1.332/ano.

7. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	<u>31.12.18</u>	<u>31.12.17</u>
Não circulante		
Cauções e depósitos vinculados.....	3.350	3.409
	<u>3.350</u>	<u>3.409</u>

Refere-se a depósito de garantia do financiamento contraído pela Companhia (Nota 10).

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2018		2017	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Receita com venda De Energia Elétrica.....	34.730	34.730	34.183	34.183
Receita Financeira.....	1.496	1.496	1.324	1.324
BASE DE CÁLCULO DO TRIBUTO:				
Energia Elétrica (a).....	2.778	4.168	2.735	4.102
Receita Financeira (b).....	1.496	1.496	1.324	1.324
BASE DE CÁLCULO	4.274	5.664	4.059	5.426
Imposto De Renda (25%) (c).....	(1.044)	-	(991)	-
Contribuição social (9%).....	-	(510)	-	(488)
Tributo corrente do exercício	<u>(1.044)</u>	<u>(510)</u>	<u>(991)</u>	<u>(488)</u>

(a) Corresponde a 8% da base de cálculo para o IR e 12% para a CSLL

(b) Corresponde a 100% do valor da base de cálculo

(c) Corresponde a 15% mais adicional de 10%

Durante os exercícios de 2018 e de 2017, a Companhia optou pela tributação pelo lucro presumido.

9. IMOBILIZADO

	Taxas anuais médias de Depreciação (%)	Saldo em 31.12.17	Adições	Transferência	Depreciação do período	Saldo em 31.12.18
Em serviço						
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	2,1%	47.778	288	(174)	(1.024)	46.868
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	2,0%	46.839	3	-	(942)	45.900
Máquinas e Equipamentos.....	3,2%	61.206	368	174	(2.024)	59.724
Móveis e Utensílios.....	6,3%	1	-	-	(1)	-
Subtotal		<u>155.824</u>	<u>659</u>	<u>-</u>	<u>(3.991)</u>	<u>152.492</u>
Total		<u>155.824</u>	<u>659</u>	<u>-</u>	<u>(3.991)</u>	<u>152.492</u>

	Taxas anuais médias de Depreciação (%)	Saldo em 31.12.16	Adições	Baixa	Depreciação do período	Saldo em 31.12.17
Em serviço						
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	2,1%	48.725	78	-	(1.025)	47.778
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	2,0%	47.726	53	-	(940)	46.839
Máquinas e Equipamentos.....	3,2%	62.214	967	-	(1.975)	61.206
Móveis e Utensílios.....	6,3%	2	-	-	(1)	1
Subtotal.....		158.667	1.098	-	(3.941)	155.824
Total		158.667	1.098	-	(3.941)	155.824

A Companhia, com base exclusivamente na interpretação da Lei nº 8.987/95 e do Decreto nº 2.003/96, considera que há garantia de indenização pelo Poder Concedente, ao final do prazo da autorização, do valor residual dos bens que integram o Projeto Original. Desta forma, a Companhia deprecia os seus ativos de acordo com as taxas determinadas pela Aneel, em que pese à legislação e a Resolução Autorizativa prever a possibilidade da renovação da autorização e indenização dos saldos não depreciados e/ou amortizados.

10. FINANCIAMENTOS

Em 8 de março de 2012, a Companhia firmou contrato de financiamento junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) no valor de R\$ 98.000 a ser pago em 192 parcelas mensais. Tal valor representava 60% do valor do investimento previsto para a construção da PCH (Pequena Central Hidrelétrica). Em 31 de dezembro de 2018, o valor total atualizado do financiamento é de R\$ 79.743 (R\$ 85.972 em 2017), sendo R\$ 6.744 classificados como passivo circulante (R\$ 7.312 em 2017) e R\$ 72.999 como passivo não circulante (R\$ 78.660 em 2017).

O vencimento será em 15 de setembro 2030, com atualização pela TJLP + 1,9% a.a.

	31.12.17				31.12.18
	Saldo	Juros	Pagamento do principal	Pagamento dos juros	Saldo
Circulante e Não Circulante					
Financiamento BNDES.....	85.972	6.957	(6.743)	(6.443)	79.743

	31.12.16				31.12.17
	Saldo	Juros	Pagamento do principal	Pagamento dos juros	Saldo
Circulante e Não Circulante					
Financiamento BNDES.....	91.725	7.808	(6.687)	(6.874)	85.972

Para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes do contrato de financiamento firmado com o BNDES, como o principal e juros da dívida, comissões, multas e outras despesas, a Companhia cedeu fiduciariamente ao BNDES, os direitos creditórios provenientes dos Contratos de Compra de Energia Elétrica Incentivada - CCEI.

A cessão fiduciária mencionada abrangerá os créditos que venham a ser depositados na "Conta Centralizadora", na "Conta Reserva do Serviço da Dívida" e na "Conta Para Sobre custos", até o pagamento integral de todas as obrigações contratuais. Estes valores

encontram-se registrados como Cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante, no valor de R\$ 3.350 em 31 dezembro de 2018 (R\$ 3.409 em 2017).

Estão cedidos também fiduciariamente ao BNDES os direitos creditórios sobre os Contratos de Compra de Energia em Ambiente regulado (CCEARs) celebrados na forma do Leilão de Energia Nova nº 10/2010.

O contrato contém cláusulas de *covenants* qualitativos e quantitativos.

1) ICSD - Índice de Cobertura do Serviço da Dívida

A Companhia deverá manter durante toda a vigência do contrato, o ICSD de, no mínimo 1,20 a ser calculado conforme previsão contratual.

2) ICP - Índice de Capitalização Próprio

A Companhia deverá manter durante toda a vigência do contrato, o ICP de igual ou superior a 30%, definido como a razão entre o patrimônio líquido e o ativo total.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia atendeu plenamente os *covenants* qualitativos e quantitativos.

11. PASSIVO CONTINGENTE

A Companhia é ré em um processo de litígio movido pela Procuradoria Geral da União referente a honorários advocatícios. Em 31 de dezembro de 2018 o processo encontra-se classificado com a probabilidade de perda possível, mensurado em um montante de R\$ 1.416.

12. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Controladora e controladora final

A Companhia é uma subsidiária integral da EMAE – Empresa Metropolitana de Água e Energia S.A., que por sua vez é controlada pela Fazenda do Estado de São Paulo.

Remuneração dos administradores

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os administradores da Companhia não receberam remuneração nem benefícios, em razão de renúncia a esse direito. Os administradores da Companhia são remunerados pela controladora direta EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.

Outras transações com partes relacionadas

No ano de 2016, a Companhia contratou os serviços de operação e manutenção de sua controladora EMAE. O prazo para prestação dos serviços é de 4 anos, contados a partir da autorização de início expedida pela Companhia, podendo ser prorrogado, a critério das partes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Companhia reconheceu em seu resultado uma despesa de prestação de serviço para partes relacionadas no valor de R\$ 2.864 (R\$ 1.971 em 2017).

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.1 Capital Social

O capital social integralizado de R\$ 59.700 está dividido em 29.690 ações ordinárias detidas pela EMAE, sua controladora, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a EMAE, controladora da Companhia, integralizou o capital no montante de R\$ 310, sem que houvesse emissão ou resgate de ações.

De acordo com o parágrafo único do artigo 3º do Estatuto Social da Companhia, o capital social poderá ser aumentado em dinheiro ou bens até o limite máximo de R\$158.000 mediante deliberação do Conselho de Administração do Acionista Único, ouvindo-se antes o Conselho Fiscal e mediante autorização do Conselho de Defesa de Capitais do Estado – CODEC.

13.2 Proposta de destinação do resultado

	2018
Lucro líquido do exercício.....	16.168
Reserva Legal (5%).....	(808)
Resultado após reserva legal.....	15.360
Dividendo Obrigatório (25%).....	(3.840)
Dividendo adicional proposto.....	(11.520)
Lucro Remanescente	-

A Companhia propõe além do pagamento do dividendo obrigatório de R\$ 3.840, um adicional de R\$ 11.520, em face aos números apresentados durante o exercício de 2018.

13.3 Reservas de Lucros

	31.12.18	31.12.17
Reserva legal.....	2.858	2.050
Reserva de retenção de lucros.....	18.889	18.889
Dividendo adicional proposto.....	11.520	10.999
	<u>33.267</u>	<u>31.938</u>

Em atendimento a Interpretação Técnica ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, o dividendo adicional proposto será mantido em conta do Patrimônio Líquido até a deliberação definitiva que vier ser tomada pela Administração da Companhia.

14. RECEITA LÍQUIDA

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Suprimento de energia - leilão.....	34.207	33.142
Energia de curto prazo - CCEE.....	523	1.041
	<u>34.730</u>	<u>34.183</u>
DEDUÇÕES A RECEITA OPERACIONAL		
COFINS s/ receitas operacionais.....	(1.042)	(1.025)
PIS s/ receitas operacionais.....	(226)	(222)
	<u>(1.268)</u>	<u>(1.247)</u>
Receita Líquida.....	<u>33.462</u>	<u>32.936</u>

15. CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Material.....	(61)	(67)
Serviço de terceiros (a).....	(4.535)	(4.199)
GSF (Garantia Física) Nota 6.....	(928)	(928)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(289)	(286)
Depreciação (Nota 9).....	(3.991)	(3.941)
Outras despesas.....	(398)	(88)
	<u>(10.202)</u>	<u>(9.509)</u>

(a) Serviços de terceiros – Correspondem a serviços prestados de operação e manutenção, serviços de remoção, destinação de vegetação aquática e detritos flutuantes necessários para o funcionamento da PCH Pirapora.

16. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas		
Rendimentos de aplicações financeiras.....	1.417	1.236
Outras.....	79	88
	<u>1.496</u>	<u>1.324</u>
Despesas		
Juros BNDES.....	(6.957)	(7.808)
Outras.....	(77)	(26)
	<u>(7.034)</u>	<u>(7.834)</u>
	<u>(5.538)</u>	<u>(6.510)</u>

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Classificação dos instrumentos financeiros

	<u>31.12.18</u>	<u>31.12.17</u>	<u>Classificação</u>
Caixa e equivalentes de caixa.....	15.807	16.335	Custo amortizado
Revendedores.....	4.240	3.843	Custo amortizado
Outros créditos.....	1.290	2.273	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados.....	3.350	3.409	Custo amortizado
Fornecedores.....	457	513	Custo amortizado
Financiamentos.....	79.743	85.972	Custo amortizado
Dividendos.....	3.840	3.667	Custo amortizado

Mensuração do valor justo

Como observado na tabela acima, a Companhia não possui, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, instrumentos financeiros ativos ou passivos mensurados pelo valor justo.

Gerenciamento de riscos

A atividade da Companhia compreende principalmente a geração de energia e a sua energia é comercializada através de contratos no ambiente regulado de energia, vendidos através de leilão promovido pela ANEEL. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são como segue:

(a) Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado

e o cumprimento de cláusulas contratuais previstos em contratos de financiamentos, quando aplicável.

(a.1) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos semelhantes.

(a.2) Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Companhia como baixo, tendo em vista: (1) para recebíveis decorrentes da receita de suprimento - a existência de garantias contratuais, o fato de serem concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização federal, inclusive sujeitas à intervenção da concessão, e por não haver histórico de perdas significativas na realização de seus recebíveis; (2) para recebíveis decorrentes da receita de fornecimento - o porte empresarial de seus clientes, a análise prévia de crédito e a existência de garantias contratuais de no mínimo dois meses de faturamento.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui caixa e equivalentes de caixa no valor de R\$ 15.807 (R\$ 16.335 em 2017), os quais estão mantidos em instituições financeiras de primeira linha.

(a.3) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo em moeda estrangeira.

(a.4) Exposição a riscos de taxas de juros

As aplicações financeiras da Companhia foram efetuadas em fundos de renda fixa, com liquidez diária e, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estão registradas pelo valor de suas quotas.

Para verificar a sensibilidade da receita financeira aos riscos de taxas de juros, em que pese o saldo das aplicações financeiras sofrer modificações de acordo com a necessidade e disponibilidade de caixa, foram elaborados cenários de variações equivalentes a 25% e 50% da estimativa do indexador utilizado no cenário provável, para projetar as rentabilidades sobre o saldo existente no prazo de um ano.

O indexador aplicado no cenário provável foi obtido do Banco Central do Brasil - Indicadores Econômicos - Capítulo III Mercados financeiros e de capitais - Taxas de juros efetivas, de 31 de dezembro de 2018, com CDI overnight de 6,89% a.a.

I-CVM 475	Saldo 31.12.2018 (Nota 4)	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
CDI		6,89%	8,61%	10,34%
Aplicações financeiras	14.859	1.024	1.279	1.536

I-CVM 475	Saldo 31.12.2018 (Nota 4)	Cenário Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
CDI		6,89%	5,17%	3,45%
Aplicações financeiras	14.859	1.024	768	513

A Companhia possui financiamento contratado junto ao BNDES para financiamento da construção da PCH Pirapora. O financiamento é atualizado mensalmente pela TJLP + 1,90% a.a.

Para análise de sensibilidade do risco de variação da taxa de juros (TJLP), considerou-se o spread 1,90% a.a. fixo estipulado no contrato e efetuou-se a projeção do saldo devedor em 31 de dezembro de 2018, referente às parcelas já liberadas, para os cenários com variações do TJLP equivalentes a 25% e 50%.

O indexador aplicado no cenário provável corresponde a TJLP atual de 6,98% a.a.

I-CVM 475	Saldo 31.12.2018 (Nota 10)	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
TJLP	6,98%	8,88%	10,63%	12,37%
Empréstimo BNDES	79.743	7.081	8.477	9.864

I-CVM 475	Saldo 31.12.2018 (Nota 10)	Cenário Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
TJLP	6,98%	8,88%	7,14%	5,39%
Empréstimo BNDES	79.743	7.081	5.694	4.298

Fonte: TJLP (BNDES).

(a.5) Risco de liquidez

A Companhia possui política de gerenciamento de riscos e avalia periodicamente os seus índices de liquidez a fim de manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para a rubrica “financiamentos” está sendo considerado o fluxo de caixa projetado. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa:

Consolidado	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores.....	457	-	-	-	-	457
Financiamentos.....	2.720	8.162	10.883	32.648	72.551	126.964
Dividendos.....	-	3.840	-	-	-	3.840
Total	3.177	12.002	10.883	32.648	72.551	131.261

(a.6) Risco de aceleração de dívida

A Companhia possui contrato de financiamento com o BNDES que possui cláusulas de vencimento antecipado (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas a atendimento de índices econômico-financeiros e outros. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Companhia está em conformidade dos termos dos *covenants* (veja Nota Explicativa nº10).

(b) Risco hidrológico

A PCH Pirapora, de propriedade da Companhia, aderiu a repactuação do risco hidrológico conforme Lei nº 13.203/2015 no produto SP 100 (cobertura total) conforme descrito na Nota Explicativa nº 6.

(c) Risco de regulação

Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá trazer impacto sobre as atividades da Companhia.

(d) Risco de alteração na legislação tributária

O governo federal poderá implementar alterações na legislação tributária causando impactos nas operações da Companhia, principalmente se aumentarem a carga tributária.

(e) Risco de preço

Os preços de comercialização de energia elétrica são aqueles determinados nos contratos firmados no ACR, os quais são ajustados pela variação do IPCA em bases anuais. Eventual renegociação dos contratos deve ser anuída previamente pelo órgão regulador.

A cada 1% de variação do IPCA (positivo ou negativo), a receita bruta da Companhia é impactada em R\$ 342, e o lucro líquido em R\$ 162.

(f) Risco relacionado à integridade do empreendimento

Um risco inerente às operações da Companhia é a possibilidade de rompimento ou galgamento das barragens, o que pode ocasionar inundações em áreas vizinhas e acidentes. A Companhia adota uma política de segurança de barragens para reduzir a probabilidade de ocorrerem esses eventos ou minimizar seus impactos. A Companhia possui seguro de riscos operacionais que garante cobertura contra danos de incêndio, queda de raio e explosão em seus equipamentos.

18. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui os seguintes compromissos de longo prazo considerados relevantes:

a) Contrato de uso do sistema de distribuição

A Companhia mantém contrato com a Eletropaulo Metropolitana Eletricidade para o uso do sistema de distribuição, com vigência até a data de extinção da autorização ou a extinção da empresa, o que ocorrer primeiro.

b) Contrato de operação e manutenção

A Companhia mantém contrato de operação e manutenção com a sua controladora, vigente até 2019 e atualizado anualmente pelo IPC - FIPE.

c) Contrato de venda de energia

A Companhia possui a sua energia contratada com distribuidoras de energia, comercializada no ambiente regulado por meio do leilão, com prazo de vencimento até 2044.

d) Contrato de financiamento

A Companhia possui contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. (Vide nota 10).

19. ALTERAÇÕES NÃO CAIXA

Durante o exercício de 2018, a Companhia realizou a seguinte operação não caixa na atividade de financiamento:

	31.12.17	Fluxo de Caixa	Alterações não caixa	31.12.18
Financiamentos.....	85.972	(13.186)	6.957	79.743

O valor de R\$ 6.957 refere-se aos juros incorridos no exercício, conforme demonstrado na nota explicativa nº 10.

Ronaldo Souza Camargo
Diretor- Presidente

Luigi Camilo Amadeu Lazzuri Neto
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Fábio Tonetto
Contador – CRC 1SP 264.253/O-4